

ECONOMIA POLÍTICA DO SEXO E O PROCESSO DE EXPULSÃO DAS MULHERES DO MUNDO DA POLÍTICA NO BRASIL

Rafaela Cyrino¹
Patrícia Trópia²

Resumo:

Este artigo buscou identificar e investigar os mecanismos misóginos que foram acionados para provocar a expulsão de mulheres que obtiveram, nos últimos anos no Brasil, alguma forma de visibilidade/ascensão no mundo político. A partir dos dados sobre a violência política e eleitoral contra candidatas(os) nas redes disponibilizados pelo MonitorA (2023), o estudo se concentrou na análise do processo de objetificação a que estas estão sujeitas, levando-se em conta a imbricação de opressões. O estudo, que se nutre teoricamente das reflexões produzidas pelo feminismo materialista francófono, se insere no campo da economia política do sexo, estando ancorado na concepção de sexo como uma categoria política. A análise identificou, que, no contexto de ascensão da extrema-direita, uma misoginia mais acentuada, (neo)fascista, engendra práticas mais agressivas e perversas contra mulheres do campo da esquerda, as quais visam não só desqualificá-las enquanto sujeitos políticos, mas aterrorizá-las, com ameaças de estupro ou de morte.

Palavras-chaves: misoginia, política, objetificação, apropriação das mulheres, neofascismo.

Abstract:

This article sought to identify and investigate the misogynistic mechanisms that were activated to cause the expulsion of women who, in recent years in Brazil, obtained some form of visibility/ascension in the political world. Based on data on political and electoral violence against candidates on the networks made available by MonitorA (2023), the study focused on analyzing the process of objectification to which they are subject, taking into account the overlapping of oppressions. The study, which is theoretically based on reflections produced by french-speaking materialist feminism, falls within the field of the political economy of sex, being anchored in the conception of sex as a political category. The analysis identified that, in the context of the rise of the extreme right, a more accentuated, (neo)fascist misogyny, engenders more aggressive and perverse practices against women on the left, which aim not only to disqualify them as political subjects, but terrorize them, with threats of rape or death.

Keywords: misogyny, politics, objectification, appropriation of women, neo-fascism.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010) e Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia. Desde 2017 integra o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFU. Realizou estudo pós-doutoral no Collège International de Philosophie (Paris), o qual culminou com a publicação do livro "Genre: du déterminisme biologique au déterminisme social?" (2014). Seus principais temas de pesquisa são: trabalho, neoliberalismo e feminismo materialista.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2004). Realizou Pós-doutorado em 2013-2014 na *Université Lumière Lyon II*, na França. Desde 2009, é docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia e membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma universidade. Presidiu a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho no período 2020-2021. Realiza pesquisas sobre sindicalismo no Brasil, mobilização sindical, sindicalismo de classe mé

Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir os mecanismos misóginos que foram acionados para expulsar da cena pública mulheres que obtiveram, nos últimos anos no Brasil, alguma forma de visibilidade política. Tendo como referência os dados sobre a violência política e eleitoral contra candidatas(os) nas redes no ano de 2022, disponibilizados pelo *MonitorA* (2023), o estudo se concentrou na análise do processo de objetificação a que estas estão sujeitas, levando-se em conta a imbricação de opressões. A análise se nutre das reflexões teóricas produzidas pelo feminismo materialista francófono, inserindo-se no campo da economia política do sexo.

O campo de estudos da economia política do sexo considera, tal como propôs Monique Wittig (2013), o sexo como uma categoria política que funda a sociedade heterossexual. Partindo da tese segundo a qual o sexo não é uma categoria natural, mas uma categoria produzida socialmente para legitimar a opressão/exploração/dominação dos homens sobre as mulheres, nos interessamos em investigar de que forma essa produção da diferença sexual é inscrita no campo da política, visando expulsar as mulheres dessa arena. Mais precisamente nos interessa investigar como esse processo de expulsão ocorreu no contexto de avanço do (neo)fascismo no Brasil contemporâneo.

O pressuposto central é que as diferenças socialmente produzidas, como a categoria sexo, assentada no pensamento binário, revelam sempre aspectos de uma ordem econômica, política e ideológica (Wittig, 2017). Essa ordem, segundo Guillaumin (2014), tem como centralidade o processo de apropriação das mulheres pelos homens: apropriação do seu tempo, do seu trabalho, do seu corpo e da sua sexualidade. O cerne do processo de apropriação é a objetificação, ou seja, a transformação das mulheres em coisa, negando-se a sua condição de sujeito. Neste sentido, quando as mulheres entram na política e se colocam como sujeitos, o processo de apropriação é, de forma recorrente, questionado, tensionado, gerando reações de resistência, agressividade e hostilidade por parte do grupo social dominante.

Em *Le corps construit*, Colette Guillaumin (1992) afirma que o corpo é o primeiro indicador da categoria socialmente produzida, o sexo. Não por acaso, o corpo, como reservatório de força de trabalho, é um elemento central no processo de apropriação. É, sobretudo, enquanto reservatório de força de trabalho que o corpo das mulheres é apropriado. Por isso, a produção social de corpos sexuados/binários (“corpo de mulher”

e “corpo de homem”) opera no sentido de tornar visível o que é considerado uma divisão fundamental da espécie humana: os sexos (masculino e feminino). Segundo Guillaumin, essa fabricação social de corpos sexuados não se limita a intervenções estéticas (algumas envolvendo mutilação corporal), mas visa, também, à formação de uma consciência sexuada nos indivíduos, consciência das suas possibilidades pessoais, da sua motricidade (como seu corpo deve se mover, que gestos são adequados), percepção sobre si mesmo e sobre os outros.

A fabricação de corpos sexuados, portanto, contribui para estimular a autonomia em uns (os homens) e a submissão nos outros (as mulheres). E esse condicionamento, sem dúvida, favorece muito a inserção dos homens na esfera política, colocando as mulheres em desvantagem. Guillaumin (1992) discute várias expressões dessa produção de corpos sexuados, como é o caso do controle do volume da voz e do evitamento de toda forma de combate, impostos fortemente para as meninas, desde a infância. Para a autora, essa longa restrição, torna mais difícil para as mulheres o uso da palavra em discursos públicos, tão fundamental na esfera política.

A historiadora Silvia Federici (2017), por sua vez, argumenta que a apropriação do corpo feminino contribuiu para a consolidação do modo de produção capitalista. No livro *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, Federici argumenta que a criação e ampla difusão do mito da bruxa no imaginário popular foi importante no processo de desvalorização da mulher enquanto sujeito, ampliando sua exploração econômica e sua exclusão da política. O interessante do argumento de Federici é destacar que a subordinação das mulheres se configurou, historicamente, por intermédio da alteração de leis que legitimaram as formas de dominação patriarcal, demonstrando a centralidade do Estado nesse processo. Em outras palavras, a exclusão política é uma política de Estado. O próprio Estado cria as condições para o aprofundamento da opressão/exploração das mulheres (Vazquez, 2019).

A misoginia na política, expressando o ódio às mulheres quando estas se situam em algum espaço de poder político ou adquirem alguma visibilidade pública, é, pois, um fenômeno social que merece uma maior investigação. Considerando que a categoria “mulheres” não é homogênea, há que se investigar como diferentes grupos de mulheres são sujeitas a esse fenômeno. De que forma fatores como orientação política, raça, classe, gênero e orientação sexual, potencializam as práticas misóginas?

Um significado corrente identifica misoginia como

a repulsa, desprezo ou ódio contra as mulheres. Esta forma de aversão mórbida e patológica ao sexo feminino está diretamente relacionada com a violência que é praticada contra a mulher. A misoginia é a principal responsável por grande parte dos assassinatos de mulheres, também conhecido por feminicídio, que se configura como formas de agressões físicas e psicológicas, mutilações, abusos sexuais, torturas, perseguições, entre outras violências relacionadas direta ou indiretamente com o gênero feminino.³

Entende-se misoginia não apenas como um discurso de ódio contra mulheres, mas um conjunto de práticas opressivas e violentas, que fazem parte da história do patriarcado e do sistema da dominação capitalista, daquilo que Tiburi também denomina machismo estrutural (2016). Bloch (1995) compreende que qualquer caracterização essencialista da mulher configura a misoginia. O discurso misógino repudia qualquer mulher que não pensa e age, consciente ou inconscientemente, fora dos padrões patriarcais.

Neste artigo, objetiva-se discutir como os ataques direcionados às mulheres situadas no campo da esquerda se expressam e se materializam no contexto de ascensão da extrema direita no Brasil, com a sua defesa intransigente da família tradicional, heteronormativa e fundada na dominação paterna (Miguel, 2021). Como, no contexto de avanço do (neo)fascismo (Boito Jr., 2020a, 2020b; Druck e Filgueiras, 2023), a categoria “mulheres de esquerda” é acionada, não como sujeito, mas como objeto do debate político, obscurecendo suas lutas e potencializando a misoginia a elas dirigida?

Na primeira parte do artigo, discute-se o processo de exclusão das mulheres da política e o papel da ideologia da natureza na legitimação e legalização das assimetrias políticas entre os sexos. Na segunda, analisam-se as formas de violência política contra mulheres a partir de uma abordagem materialista e que compreende a violência sexual como um recurso de poder. Finalmente, tomando os dados levantados pelo Observatório *MonitorA*, bem como algumas matérias publicadas nas mídias, analisamos um tipo específico de misoginia política, que denominamos misoginia (neo) fascista, marcada por práticas e um discurso de ódio extremado, que alude ao estupro e ao extermínio, mas que pretende, com efeito, expurgar as mulheres de esquerda da vida política.

³ Disponível em: <https://www.significados.com.br/misoginia/>, consultado em 06/07/2024.

A exclusão das mulheres da política e a ideologia da natureza

Há que se considerar que a inserção das mulheres no campo político sempre foi obstada social e politicamente. A construção da ideia de democracia, na Grécia antiga, se fez com a exclusão das mulheres não só das decisões políticas, mas da categoria de cidadão, que se conjugava apenas no masculino. Cidadão era o homem, proprietário dos meios de produção. Para justificar tal exclusão, afirmou-se que as mulheres não eram capazes de tomar decisões públicas, operando-se desde já uma clivagem entre a *polis* (a cidade) e o *oikos* (a casa), o mundo público e o mundo privado, decretando-se que o primeiro era do domínio dos homens e o segundo, a esfera privada/doméstica, do mundo das mulheres. Em *A Política*, Aristóteles (2010) afirma que os escravos são inteiramente desprovidos da capacidade de deliberar, enquanto as mulheres até possuem alguma capacidade, mas esta se encontra, naturalmente, enfraquecida e ineficiente.

Historicamente, há uma exclusão (material, concreta) das mulheres do mundo da política, fruto de relações assimétricas de poder entre os sexos, legalizada pelo Estado e legitimada pelo que Colette Guillaumin (2014) chama de ideologia da natureza. A ideologia da natureza serve apenas para legitimar essa exclusão, veiculando a ideia de que o espaço “natural” das mulheres é o espaço doméstico: é lá, na casa, com a família, com os filhos que as mulheres se realizam e encontram a sua essência.

De acordo com Guillaumin:

Sempre e, em toda a parte (...) espera-se que as mulheres façam a limpeza e a arrumação, vigiem e alimentem as crianças, varram ou façam o chá, lavem a louça ou atendam o telefone, costurem o botão ou escutem as vertigens metafísicas e profissionais dos homens (Guillaumin, 2014, p.35).

A reclusão das mulheres ao mundo privado, além da filosofia clássica, encontra no pensamento contratualista e liberal uma importante fonte de legitimação. Segundo Pateman, encontramos no pensamento do filósofo liberal John Locke uma justificativa essencialista para a submissão das mulheres no interior da sociedade: “Sabemos que as esposas devem se submeter, escreve Locke, porque geralmente as leis da humanidade e os costumes das nações assim o determinam, existe, eu garanto, um fundamento da natureza para isto” (Pateman, 1993, p. 84).

Pateman (1993) investiga como esse tipo de argumento essencialista, formulado por teóricos contratualistas, visa confinar as mulheres no espaço privado, submetendo-as

aos homens. Essa esfera privada, vale ressaltar, é suposta como apolítica, ou seja, fora da vigilância, da fiscalização e do controle do Estado. A teoria do contrato social, argumenta Pateman, ao mesmo tempo em que proclama os homens (indivíduos do sexo masculino) como sujeitos criadores da sociedade civil e política, transforma as mulheres em objeto desse contrato. A transformação das mulheres em objeto, cerne do contrato sexual, é a parte oculta do contrato original, aspecto sobre o qual nada se fala, reinando um silêncio absoluto. Na narrativa dos contratualistas, portanto, produz-se tanto homens sujeitos, detentores de racionalidade e capazes de ocupar a arena política, quanto a sujeição das mulheres, confinadas à esfera privada e submetidas ao contrato sexual. O Estado, como garantidor do contrato, ao mesmo tempo legaliza e legitima tal sujeição.

Na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão proclamam-se os princípios da liberdade e da igualdade, aplicados apenas aos homens, visto que as mulheres eram consideradas incapazes de autodeterminação, devendo submeter-se às decisões tomadas pelos homens: pai e marido. Olympe de Gouges ([1791] 2021), ao elaborar a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, expõe as contradições da Declaração símbolo da revolução francesa e da modernidade, no sentido de que exclui as mulheres enquanto sujeito de direitos. Gouges, portanto, antecipa a sólida argumentação que Simone de Beauvoir desenvolve em *O segundo sexo*. Segundo Beauvoir (1967), na construção histórica das relações hierárquicas entre os sexos o homem (indivíduo do sexo masculino) se proclama como o “referente” e como sinônimo de ser humano, ao passo que a mulher é construída como “o segundo sexo”, “o outro”. É nesse sentido que Pateman afirma: “A diferença sexual é uma diferença política. A diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição” (Pateman, 1993, p. 21).

A teoria hegeliana é outra fonte de legitimação da cisão entre esfera pública e esfera privada, cisão que confinava “as mulheres ao espaço doméstico e reservava exclusivamente ao homem o status de cidadão, dotado de virtudes cívicas indispensáveis à moralidade pública” (Andrade, 2011, p 13). Hegel (1997) adere a esta concepção, na medida em que toma a sociedade a partir de três esferas: a família, a sociedade civil e o Estado. A família constitui para Hegel o lócus da “primeira relação ética” dos indivíduos” e a “raiz moral do Estado”. O Estado não é uma evolução da família, mas tem seu fundamento na sua moralidade. Hegel não encara o casamento como uma mera expressão de uma relação contratual, mas como “o resultado da unificação de elementos

complementares de substância ética, crucial para a estabilidade da vida humana” (Andrade, 2011, p. 14).

Através do casamento, homens e mulheres engendrariam uma relação absoluta e indissolúvel, marcada pela entrega simultânea pelas duas partes de suas respectivas personalidades individuais. Embora ambos sejam subsumidos na entidade familiar, apenas ao homem caberia a função de representante legal da família na esfera pública (Andrade, 2011, p. 14).

As mulheres, para Hegel, seriam naturalmente inaptas para a política e incapazes de desenvolver o pensamento conceitual e a autoconsciência. Elas estariam, assim, definitivamente destinadas à maternidade e à administração do lar. Hegel recorre inclusive à polêmica analogia entre animais e plantas para identificar homens e mulheres respectivamente.

A ideologia da natureza pode ser identificada, historicamente, em uma série de justificativas, notadamente ideológicas, mobilizadas para legitimar a exclusão das mulheres de uma série de direitos civis e políticos. Em *O Segundo sexo*, Simone de Beauvoir traz o seguinte relato:

Quando, no 28 de brumário de 1793, a atriz Rose Lacombe, presidente da Sociedade das Mulheres Republicanas e Revolucionárias, força a entrada do Conselho Geral, acompanhada de uma deputação de mulheres, o procurador Chaumette faz retinir na Assembleia palavras que parecem inspiradas em São Paulo e Santo Tomás: "Desde quando se permite às mulheres abjurarem o sexo, fazerem-se homens? . . . (A Natureza) disse à mulher: sê mulher. Os cuidados da infância, as coisas do lar, as diversas preocupações da maternidade, eis as tuas tarefas". Vedam-lhes a entrada no Conselho e, logo depois, até nos clubes em que faziam seu aprendizado político” (Beauvoir, 1970, p.142).

Para reivindicar o direito das mulheres à escolaridade, Mary Wollstonecraft, escreveu, em 1792, *A Vindication of The Rights of Woman*. Ora, negar o direito à escolarização é uma das formas de se manter, concretamente, o mundo das mulheres hierarquicamente separado do mundo dos homens. E, para legitimar essa exclusão, não faltaram teóricos que atestaram, de forma ideológica, uma infantilidade biológica das mulheres, como é o caso de Augusto Comte (1978), que se refere à mulher, sem nenhum rigor “positivista”, como o “sexo afetivo”, afirmando que a sua exclusão política é salutar.

Atualmente, na maior parte dos países as mulheres podem, legalmente, votar e ocupar cargos políticos. Mas a inserção das mulheres na política também foi, e continua

sendo, limitada. Ainda hoje, raros são os exemplos, no mundo, de mulheres que atingem o cargo de presidenta de uma nação. Dilma Rousseff, no Brasil, foi a primeira e única mulher a alcançar esse cargo. Entretanto, durante o seu percurso presidencial, foi vítima de uma violência misógina de alta intensidade e o “estupro político” (Tiburi, 2016) que sofreu merece uma análise mais detalhada.

Formas de violência política contra mulheres

Embora seja constitutiva do cenário político brasileiro, sobretudo se o tomarmos pelas ausências nos cargos de poder, a violência política contra mulheres tem sido mais denunciada e visibilizada a partir da luta pela anistia e pela retomada da democracia nos anos de 1970 e 1980.

Por sua vez, é notório o aumento do interesse pelo estudo da violência política contra mulheres no Brasil, sobretudo a partir da eleição de Dilma Rousseff à presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores. No rastro do golpe de 2016, um conjunto de textos (Rubim et al., 2018; Boiteux, 2016; Noronha et al., 2020; Matos et al., 2021) e depoimentos (D'Avila et al., 2022) têm sido publicados sobre violência política no Brasil. O próprio conceito de violência política de gênero vem sendo discutido (Matos, 2022). Kulaitis (2024) considera a violência política de gênero como um instrumento de obstrução de acúmulo de capital político pelas mulheres. De acordo com Marlise Matos, trata-se de uma forma de controle do acesso e permanência das mulheres na política parlamentar (Matos, 2022, p. 201).

Com efeito, o interesse crescente pelo tema é expressão da visibilidade da violência objetivada pelos dados - entre os quais o assassinato da vereadora Marielle Franco em 18 de março de 2018 - e ganhou ainda mais materialidade com a Lei 13.192, de agosto de 2021, que tipifica como crime a violência política contra a mulher. Vale destacar os esforços do Instituto Marielle Franco que tem desenvolvido pesquisas e publicado relatórios em torno do tema: “A Violência Política Contra Mulheres Negras: Eleições 2020”, “Violência Política de Gênero e Raça - 2021: Eleitas ou não, mulheres negras seguem desprotegidas” e, em 2023, Violência Política de Gênero e Raça no Brasil: Dois anos da Lei 14.192/2021. Segundo dados do Ministério Público Federal, entre agosto de 2021 e novembro de 2022, foram registrados 112 processos relacionados ao tema.

O *MonitorA*, um observatório de violência política e eleitoral contra candidatas(os) nas redes, coletou dados entre os meses de setembro e novembro de 2022. Para o monitoramento da violência política de gênero nas redes sociais, foram selecionados 198 perfis de candidaturas, entre mulheres e homens de todas as regiões do país, para os cargos às Câmaras Estaduais e Federal, Senado, Presidência e Vice-Presidência.

É interessante notar que, segundo o *MonitorA* (2023), os ataques e insultos dirigidos às mulheres são diferentes dos dirigidos aos homens. De acordo com os resultados de uma pesquisa feita em 2020,

as candidatas mulheres não são criticadas por suas ações políticas, mas por serem quem são ou por não agirem como supostamente deveriam agir. Comumente, os ataques sofridos reduzem a capacidade intelectual das candidatas, questionavam o caráter de suas vidas privadas e teciam comentários gordofóbicos, racistas e misóginos sobre seus corpos (*MonitorA*, 2023, p. 5).

Guillaumin observa que “Os homens se pretendem identificados por suas práticas e pretendem que as mulheres o sejam por seus corpos” (Guillaumin, 2014, p.88). Neste sentido, embora as mulheres tenham sido legalmente incluídas no campo da política, essa inclusão foi realizada de maneira parcial, como se fosse uma “concessão” dos homens, submetida ao policiamento e monitoramento contínuo. Ou seja, embora as mulheres possam se inserir na vida política, estas são permanentemente vigiadas para que “não saiam da linha”, para que não deixem de “ser mulher”, para que não deixem de se comportar como uma mulher “deveria se comportar”.

Nesse sentido, aventamos que as mulheres políticas que se situam no campo da esquerda, por defenderem pautas mais progressistas, que colocam em questão o *status quo*, podem se tornar mais vulneráveis às práticas misóginas. E, no contexto da ascensão da extrema direita essa vulnerabilidade se acentua, dando origem a uma misoginia seletiva e de tipo específica, uma misoginia (neo)fascista, que atua no sentido de expurgar, com violência, essas mulheres que atuam no campo da esquerda da vida política.

De uma maneira geral, a desqualificação das mulheres para a política reproduz a ideia de que a política não é lugar para elas. Não é de se estranhar, portanto, que os internautas recorram a frases como “volta para a cozinha/ vai lavar a louça/vai lavar roupa” (*MonitorA*, 2023, p. 19). É uma maneira de lembrar a essas mulheres que se metem na política, qual é o “seu lugar” e como estão deixando de cumprir o seu papel na

sociedade. O papel de um ser “puramente afetivo”, como pensava Comte. Isso pode ser visto como uma reação conservadora visando manter intacto o processo de objetificação das mulheres. Afinal, enquanto as mulheres forem tratadas como objetos, coisas, instrumentos a serviço dos homens, estes podem continuar a se apresentar como sujeitos da história e da política.

Vale ressaltar que a exclusão das mulheres na política foi realizada, a princípio, de forma legal, sustentada por teorias liberais e conservadoras, baseadas na existência de uma complementaridade entre os sexos, vista como essencial para o “bom” funcionamento da sociedade (Hegel, 1997). Na modernidade, teóricos do contrato social, como John Locke e Rousseau, contribuíram para legitimar uma série de clivagens separando o mundo dos homens do mundo das mulheres. O mundo das mulheres é separado e decretado como diferente do mundo dos homens a partir de clivagens como: privado/público; passivo/ativo; emoção/razão; natureza/cultura.

Essa separação é, contudo, hierárquica e condiciona não só os lugares a serem ocupados por homens e mulheres na sociedade, mas a forma como cada um deve se comportar. Costuma-se afirmar “homens não choram”, mas as mulheres, “estas são, por natureza, emotivas, emocionais” e, dependendo da situação em que se encontram, podem perder o controle, tornarem-se irracionais, sobretudo quando não estão onde, supostamente, deveriam estar. Segundo os ideólogos da natureza, essa natureza feminina torna as mulheres incompatíveis com a política, pois esta exige racionalidade, controle, capacidade de discernimento e, sobretudo, inteligência.

Como foi dito anteriormente, o processo de apropriação das mulheres visa transformá-las em coisa. Duas arenas dessa objetificação ajudam a entender o processo de expulsão destas do mundo da política: a inteligência e a sexualidade. No caso da inteligência, a ideologia da natureza produz a ideia de que as mulheres possuem uma inteligência específica: uma inteligência “de coisa”. “Em todo o caso, a inteligência delas é pertencente ao mundo das coisas e operatória exclusivamente nesse domínio: em suma, elas teriam uma inteligência prática.” (Guillaumin, 2014, p.70)

“Sendo supostamente distante naturalmente da especulação intelectual, as mulheres não são criadoras no domínio do cérebro e, tampouco, se lhes reconhece um senso dedutivo, de lógica” (Guillaumin, 2014, p.69). Em consequência, são consideradas, sobretudo quando cometem algum tipo de “subversão”, como a encarnação do ilogismo.

A partir desse enquadramento androcêntrico, é de se esperar que, dentre os insultos/ataques dirigidos às mulheres na política, muitos se expressam em acusações de que estas são burras, loucas, irracionais, ilógicas (MonitorA, 2023). Trata-se de uma tentativa de desqualificar a ação política das mulheres, utilizada, vale ressaltar, tanto no campo da direita quanto no campo da esquerda.

No golpe de 2016, tanto Janaina Paschoal, que participou da articulação do golpe, quanto Dilma Rousseff, vítima do golpe, foram declaradas loucas, histéricas e confusas. No caso de Dilma Rousseff a narrativa visava atestar a sua incapacidade de governar, por ser confusa, não falar “lé com cré”, ser ilógica, incontrolável. Faltavam-lhe, nessa perspectiva, tanto a inteligência necessária aos grandes dirigentes quanto a racionalidade na gestão da coisa pública.

De forma similar, no discurso sobre a sexualidade das mulheres, estas também são consideradas como coisas. Guillaumin observa:

ou bem o grupo dominante consagra uma fração da classe das mulheres unicamente à função sexual; sendo supostamente elas, a sexualidade (e unicamente a sexualidade), como o são as prostitutas (.). Ou bem a ignoram entre as mulheres (..). Ou simplesmente decidem que ela não existe: a mulher é sem desejo, é sem pulsão carnal. A ausência (de desejo, de iniciativa), remete ao fato de que, ideologicamente, as mulheres SÃO o sexo, inteiramente o sexo, e utilizadas como tal. (Guillaumin, 2014, p.67-68)

De acordo com Paola Tabet (2004) em, *La grande arnaque*, a mulher não é pensada como um sujeito de sexualidade e de desejo. Neste sentido, todo o condicionamento da sexualidade das mulheres ocorre, de maneira funcional ao processo de apropriação, no sentido de subordinar a sexualidade das mulheres à sexualidade dos homens. Daí que, nesse processo, ocorre uma negação de uma sexualidade própria às mulheres, pois estas não possuem um sexo, elas são o sexo e um sexo não pode possuir a si mesmo (Guillaumin, 2014). Já “os homens não são sexo, mas possuem um; eles o possuem tão bem, aliás, que consideram como uma arma e lhe conferem uma função social de arma, no desafio viril como no estupro (Guillaumin, 2014, p. 68-69).”

Não surpreende que, no contexto de ascensão da extrema direita, mulheres que se destacam no mundo da política e que defendem pautas progressistas, críticas ao neoliberalismo ou ao capitalismo, sejam ameaçadas de estupro ou de morte. Importante acrescentar, ainda, que as ameaças de morte parecem recair, sobretudo, em mulheres do

campo de esquerda que tensionam o binarismo de base biológica ou que defendem pautas LGBTQIA+, como as mulheres trans/travestis.

Um levantamento dos dados disponibilizados pelo *MonitorA* evidenciou que todas as mulheres que denunciaram terem sofrido ameaças de estupro se situam no campo da esquerda. Estas ameaças de estupro, com objetivo de aterrorizá-las, para que se afastem do mundo da política, podem se dirigir às candidatas ou ocupantes de cargos, como foi o caso de Dilma Rousseff ou podem ser dirigidas aos seus familiares, como foi o caso de Manuela D'Ávila, cuja filha e mãe foram ameaçadas de estupro. Cumpre ressaltar que o estupro objetifica as mulheres, pois o ato, em si, busca reafirmar o corpo das mulheres como propriedade dos homens.

Nicole Claude-Mathieu (1985), em *Femmes, matière à penser*, na esteira da discussão proposta por Simone de Beauvoir analisa o acesso problemático das mulheres à categoria de ser humano. Nas relações sociais de sexo, os homens se apresentam como sujeitos da história e as mulheres são concebidas como objetos. Essa objetificação é profunda e se realiza através de um condicionamento social desde a primeira infância. Beauvoir (1967) observa como o corpo e o temperamento de meninos e meninas passam por um processo de socialização: enquanto os meninos são estimulados a subir em árvores, experimentando o seu corpo como um meio de dominar a natureza e como uma forma de combate, as meninas são tratadas como uma “boneca viva” e estimuladas a exercitar a passividade, a docilidade e o recato.

Não é mero acaso, que, no campo da política, caiba às mulheres o papel de primeira-dama, que serve como uma “bela” acompanhante para o dirigente, masculino. É nesse lugar de “suporte” que se admite, sem maiores contestações, a presença das mulheres na política. Ao analisar a misoginia no golpe de Dilma Rousseff, Boiteux (2016) destaca aspectos da trajetória política de Dilma, uma mulher militante da esquerda revolucionária na Ditadura Militar, divorciada que, em sua posse, em janeiro de 2011, desfila em carro aberto ao lado da filha e não de um cônjuge.

Para que as mulheres ocupem, de fato, cargos políticos, como dirigentes, há que se transpor barreiras, que se colocam em seu caminho. A misoginia, os ataques, as ofensas dirigidas às mulheres candidatas ou governantes, podem ser vistos como um mecanismo androcêntrico visando remeter as mulheres ao seu devido lugar, o seu lugar de “coisa”. Assim, entende-se que, quanto mais as mulheres, na esfera política, se colocam

como “sujeito”, reivindicando direitos sobre o próprio corpo, sobre a sua sexualidade, colocando em questão o sistema capitalista, as normas sociais de gênero, as políticas dominantes, mais podem se tornar alvos preferenciais de violência.

Importante considerar que essa normatização sexuada, que se expressa através do corpo (aparência, vestimenta, adornos, gestos), criando ideais de feminilidade que excluem e hierarquizam a própria categoria “mulheres”, contribui para desqualificar e desprestigiar a imagem de mulheres políticas que não se adequam a tais ideais normativos. Um caso emblemático é relatado no *MonitorA* (2023): o da candidata à prefeita do Rio de Janeiro pelo Partido dos Trabalhadores, Benedita da Silva.

O monitoramento realizado pelo *MonitorA* identificou que Benedita foi alvo de tuítes que giravam em torno da cor da sua pele, dos seus traços físicos e do seu corpo, com pouco espaço para a discussão de sua atuação política. A candidata foi chamada de “negra comunista filha da puta” e sofreu um processo de desumanização, tendo o seu corpo associado a animais como “vaca-leiteira” e “porca”. Podemos observar, nesse caso, uma imbricação de opressões que indica a existência de particularidades na conformação desse sujeito político (uma mulher, negra, do campo da esquerda) e no tipo de ofensa a ele dirigido: xingada como “negra”, como “comunista” e como “puta”.

Importante observar que “ser xingada como negra” e “ser xingada como comunista” intensifica o xingamento como “puta”. Nesse caso, as ofensas giram em torno de uma suposta sexualidade que seria própria às mulheres negras e comunistas, relevando o lugar particular de objeto a elas atribuído. Lélia Gonzalez (2020) afirma que um dos papéis que recai sobre as mulheres negras é o de “mulata”, “produto de exportação” e objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais. De maneira perversa, o racismo inverte a exploração sexual da mulher negra, ao atribuir-lhe uma hipersexualização desviante que lhe seria intrínseca e natural. É por meio dessa inversão que a ofensa de “puta comunista” dirigida a mulheres negras visa potencializar a sua desqualificação como sujeito político.

Vale ressaltar que a sexualidade das mulheres do campo da esquerda, sobretudo quando identificadas como comunistas, terroristas, guerrilheiras e/ou revolucionárias, também é objeto recorrente de atenção. Juliana Marques do Nascimento (2019) analisou a imagem das mulheres militantes nos ciclos de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira. Nascimento constata um obscurecimento das funções políticas das mulheres

na militância, como se as guerrilheiras fossem subservientes aos seus companheiros, os verdadeiros sujeitos políticos. Iara Yavelberg, militante de organizações revolucionárias nesse período, foi caracterizada, sobretudo, como a companheira de Lamarca. No trailer oficial do documentário *Em busca de Iara*, exibe-se, de forma provocativa, uma reportagem de um jornal da época cujo título é: “As sugestões de Iara eram decisões de Lamarca”.

Por outro lado, em Iara recai, de forma exemplar, o estereótipo de “puta comunista”, em que as mulheres comunistas são retratadas como devassas, promíscuas, utilizando-se de adjetivos pejorativos para retratar a sua sexualidade, considerada desviante. Uma reportagem do Jornal Brasil, publicada em 29 de maio de 1971, na coluna intitulada “ficha de Lara”, afirma que, segundo os dados liberados, Iara, antes de se envolver com Lamarca, foi casada com um médico que se divorciou dela após surpreendê-la, seis meses depois do casamento, em uma “festinha” com estudantes. E, para completar a ficha de Lara, vale ressaltar, a ficha SEXUAL de Lara, a reportagem afirma que, segundo declarações de terroristas presos, Lara teria deixado a área de Registro por ter contraído uma doença ginecológica (Nascimento, 2019).

No caso de Dilma Rousseff, esta foi vítima, preferencialmente, do estereótipo de “guerrilheira masculinizada”. De acordo com Nascimento (2019), a ditadura costumava caracterizar as guerrilheiras, não só como terroristas, mas também como “não-mulheres”. (Nascimento, p. 178). Essa imagem criada pelo regime ditatorial em relação às mulheres militantes de esquerda sugeria que estas, através de seu engajamento político, “só poderiam querer ter homens, ou sê-los” (Nascimento, 2019, p. 170). Ora, enquanto Iara era retratada como a “musa das esquerdas (Nascimento, 2019), estereótipo que, aliás, a coloca em posição de objeto, Dilma é retratada como o tipo de “mulher-macho”, o que não a libera, entretanto, da pecha de devassidão.

O *MonitorA* (2023), analisou os ataques destinados às “postulantes à primeira-dama (*MonitorA*, 2023)” na eleição de 2022: Michelle Bolsonaro, esposa do candidato à reeleição pela extrema-direita, Jair Bolsonaro e Janja Lula da Silva, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e esposa do candidato Lula. A análise constatou que questões de religiosidade e noções de moralidade deram a tônica das narrativas ofensivas contra as duas “postulantes”, tanto no Twitter quanto no Instagram.

Esse dado já é muito significativo pois evidencia que, na concepção dos internautas, o papel de uma primeira-dama é zelar pela moral, pelo “dever ser” religioso. Parece ser no sentido de que elas não estariam honrando esse papel “tão nobre” que Janja e Michelle foram recriminadas e atacadas: como falsas religiosas. Apesar dessa similaridade moral e religiosa, o *MonitorA* (2023) identificou um grau de agressividade bastante superior nas narrativas hostis direcionadas à Janja.

Além disso, no caso da Janja e não da Michelle, os ataques concentraram-se sobretudo na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. Um dos termos mais utilizados para ofender Janja foi “macumbeira”. Esse xingamento merece destaque, pois sabemos que, no processo de colonizador, as religiões de matriz africana foram caracterizadas como cultos/rituais satânicos e erotizados. A denominação de “macumbeira”, atribuída à Janja, dá a entender que ela possui uma sexualidade desregrada e, nesse sentido, fora do padrão normativo requerido pelo processo de apropriação, cujo ideal é uma mulher “bela, recatada e do lar⁴”.

Embora tanto Michelle quanto Janja tenham sido atacadas por não serem um exemplo moral e religioso como as primeiras-damas devem ser, no caso de Janja existe o adicional de atribuir-lhe uma sexualidade “desregrada”. De acordo com o *MonitorA*, essa intolerância ganha contornos misóginos, ao fazer referência à vida sexual de Janja de maneira pejorativa, associando-a à figura da pombagira. Nesse caso: “O uso da figura da Pombagira para ofender e atacar mulheres parte de uma concepção de que a mulher ofendida teria uma sexualidade desenfreada, desmedida, de que seria uma mulher imoral” (*MonitorA*, 2023, p. 45). Levando-se em conta que no processo de apropriação, a sexualidade das mulheres é transformada em objeto, nada mais abjeto e repulsivo do que uma mulher retratada como uma “pomba gira”.

Nos ataques dirigidos à Janja e Michelle, além da frustração em torno de suas moralidades, houve uma polarização em termos da “aparência física”, digna de atenção. Ora, mais uma vez, observa-se o fenômeno da objetificação: sejam as mulheres do campo da direita ou do campo da esquerda, o olhar e a avaliação que recaem sobre elas se voltam para a sua aparência, para o seu corpo. Corpo esse, como discutimos antes, objeto de apropriação.

⁴ “Bela, recatada e do lar” é o título de uma reportagem da revista *Veja* publicada no dia 18 de abril de 2016, cujo objetivo foi apresentar o perfil da primeira-dama Michele Temer, esposa do então presidente Michel Temer.

Entretanto, mesmo se a objetificação pode ser observada nas duas “postulantes à primeira-dama (*MonitorA*, 2023)”, ocorreu uma polarização em que homens e mulheres de direita elegeram Michelle como o ideal feminino, nomeando-a de princesa. De acordo com o *MonitorA* (2023), dentre os mais de 6.250 comentários, mulheres repetem “nós princesas estamos com Bolsonaro”, “princesa é a primeira-dama Michelle” e “as princesas são de direita (*MonitorA* 2023, p. 33). A mensagem, considerada evidente pelo *MonitorA* (2023) é a de que “as mulheres apoiadoras de Lula não só não são princesas, mas são feias, assustadoras (*MonitorA* 2023, p. 33). Entretanto, como vimos no caso de Iara, a esquerda também pode produzir musas, mas estas, para se diferenciar das princesas, são enquadradas como “putas”, devassas, dando-se, destaque, mais uma vez a uma suposta sexualidade desviante.

Em contrapartida, Janja, afirmou, em um comício, não ser uma princesa, mas uma mulher de luta. Entretanto, embora possa parecer, a disputa política entre Janja e Michelle não é meramente estética. Ao se definir como uma mulher de luta e não como uma princesa, Janja problematiza o papel, a imagem e a própria existência de uma “primeira-dama”. Problematiza, inclusive, o lugar de primeira-dama. Talvez, justamente por ter se colocado como sujeito, como “mulher de luta”, Janja tenha sido objetificada de uma forma mais intensa, com ofensas direcionadas ao seu corpo e a sua sexualidade.

Como foi discutido, a objetificação, intensificada no caso das mulheres negras, é uma das expressões do processo de apropriação das mulheres, no sentido de que estas permaneçam vinculadas ao espaço doméstico, servindo à família. Nesse sentido, ao objetificar as mulheres, tratando-as como coisas, reafirma-se a ideologia das esferas separadas. Afinal, segundo essa lógica androcêntrica, lugar de “coisa” não é na arena pública, pois essa é um lugar de “sujeitos”. A ideologia da natureza “reforça a ideia de que nós seríamos feitas de uma substância especial, adequadas para certas coisas e inadequadas para outras (como, por exemplo, decidir) (Guillaumin, 2014, p.92)”.

Ora, se as mulheres que seguem uma carreira política podem colocar em questão a ideologia das esferas separadas e o próprio processo de apropriação, esse risco é mais acentuado quando as mulheres atingem maior visibilidade política ou ascendem a cargos políticos mais altos, na esfera do poder. Além disso, consideramos que marcadores como a vinculação das mulheres ao campo da esquerda e a defesa de pautas LGBTQIA+ constituem-se em fatores de risco, sobretudo no contexto de ascensão do (neo)fascismo

(Druck e Filgueiras, 2023; Boito Jr., 2020a; 2020b) Há indícios de que tais marcadores contribuem para que estas mulheres sejam atingidas por uma misoginia de alta intensidade, que tem como objetivo, expurgá-las, do mundo da política, com um dejetto abominável, operação levada a cabo com ameaças de estupro (humilhação punitiva) ou de morte (liquidação).

Estupro político coletivo e ameaça de morte: misoginia (neo)fascista

As análises aqui realizadas, a partir dos dados do *MonitorA* (2023) nos levam a considerar que certas combinações de características tornam determinados grupos de mulheres alvos preferenciais de uma misoginia de tipo específica e acentuada. Partimos da hipótese de que se desenvolve no Brasil uma misoginia (neo)fascista por entendermos que as práticas de expurgo das mulheres de esquerda na política brasileira, tem características particulares, que mobilizam um discurso violento extremado e reacionário. Além disso, quando essas mulheres são negras e/ou defendem pautas LGBTQIA+, esse tipo de misoginia (neo)fascista, apresenta particularidades, relacionadas ao fenômeno da imbricação de opressões. Vejamos.

Em sua obra *Introdução ao Fascismo*, Leandro Konder (2009) analisa as origens do fascismo clássico, suas características e conceituação. O autor destaca a relação entre direita e fascismo, enfatizando, todavia, que a direita é um gênero do qual o fascismo é espécie. Nem toda direita é fascista, embora o fascismo seja uma ideologia e uma política de extrema direita. Togliatti conceitua a ditadura fascista como um regime de reação apoiado pelas massas. Trata-se, como definiu o teórico italiano, de uma “ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro” (Togliatti, 2010, p. 1). O que distinguiria o fascismo de outras ditaduras seria, portanto, o caráter reacionário e terrorista, distinção que nos parece útil para pensarmos as características assumidos pelo discurso misógino que levará ao golpe de Dilma Rousseff da política bem como às tentativas de expurgos de mulheres de esquerda na conjuntura contemporânea.

Essa misoginia mais acentuada, (neo)fascista, engendra práticas mais agressivas e perversas que visam não só desqualificar e ofender as mulheres, mas aterrorizá-las, com ameaças de estupro ou de morte. Nesse caso, trata-se não apenas de objetificar as mulheres, mas de demonstrar a força e o poder daqueles que se intitulam sujeitos e que

punem, com vigor, aquelas que subvertem demasiadamente a ordem estabelecida. Por sua vez, trata-se de uma misoginia seletiva, posto que direcionada a mulheres que assumem determinadas orientações político-ideológicas.

Tomando-se os dados disponibilizados pelo *MonitorA*, identificamos que as mulheres citadas no relatório que sofreram ameaças de estupro e de morte pertencem ao campo da esquerda e/ou são mulheres trans/travestis. O relatório não menciona nenhum caso de mulheres do campo da direita que sofreram esse tipo de ameaça. Concorrendo às eleições presidenciais de 2022, Simone Tebet (PMDB) e Soraya Thronicke (União Brasil) foram atacadas com frases como “a senhora é uma vergonha” e “vergonha para as mulheres”. Esse tipo de ataque, embora tenha o objetivo de humilhar as candidatas, remete mais a uma forma de decepção pelas suas condutas e posicionamentos, distanciando-se, portanto, do campo do expurgo.

Por sua vez, no relatório consta que Duda Salabert (PDT-MG) sofreu ameaça de morte durante as eleições de 2022, revelando-se a intenção de eliminá-la. A deputada Érika Hilton (PSOL), travesti, também é citada no Relatório como vítima de ameaça de morte, na época em que era vereadora em São Paulo. De acordo com o *MonitorA* (2023):

Segundo notícia veiculada na Folha de São Paulo, a autora da ameaça usou adjetivos pejorativos e transfóbicos como “satanás do inferno” e “traveco”, dizendo que “Você nunca deveria nem ter sido parido de sua mãe”, e “prometeu degolar a parlamentar e atear fogo em sua residência e em seu corpo. (*MonitorA*, 2023)

A ameaça de morte direcionada às mulheres trans/travestis é algo que merece ser destacado. É possível que, justamente por desafiamos as normas de gênero, centradas em um binarismo (biológico) opondo os sexos, a punição que recai sobre elas seja mais extremista. Assim, para a extrema-direita neofacista misógina, não se trata apenas de desqualificá-las, mas de expurgá-las da vida política, emitindo sinais de que elas devem ser literalmente eliminadas, ou seja, que deixem de existir.

Com relação às ameaças de estupro, o relatório cita a deputada Samia Bonfim (PSOL), que entrou com notícia crime, com fundamentação nos crimes de injúria, difamação e de perseguição. De acordo com o *MonitorA* (2023):

A notícia crime expõe publicações feitas em website do *Wordpress* cuja manchete trazia a seguinte redação: “Sâmia Bomfim, não te estupro porque você não merece. (SUBMETRALHADORA FN P90: A SOLUÇÃO PARA SAMIA BOMFIM, 2022). (*MonitorA*, 2022, p. 71)

Vale ressaltar que a fórmula utilizada para atacar Samia “não te estupro porque você não merece” repete e, ao mesmo tempo, busca tornar vivo e operante o ataque originalmente proferido por Bolsonaro à Maria do Rosário (PT), então deputada federal pelo Rio Grande do Sul. No ano de 2014, Bolsonaro, em sessão na Câmara e em entrevista ao jornal, afirmou que não estupraria Maria do Rosário, porque ela era feia, não fazia o seu tipo e, portanto, não merecia ser estuprada. O estupro, enquanto expressão máxima do processo de objetificação das mulheres é aqui perversamente ativado, pois, nessa lógica, os que se consideram proprietários do corpo das mulheres, podem, inclusive, rejeitar objetos (corpos) que não serviriam nem mesmo para satisfazer o seu prazer.

De acordo com Guillaumin:

A coação sexual, sob a forma de estupro (..) é um dos meios de coerção empregados pela classe dos homens para submeter e amedrontar a classe das mulheres, ao mesmo tempo em que é a expressão do direito deles de propriedade sobre essa classe. (Guillaumin, 2014, p.58)

Um episódio em particular suscita mais atenção. Trata-se do processo de objetificação de que foi vítima Dilma Rousseff, sobretudo com a ascensão da extrema-direita neofascista, no contexto do golpe de 2016. Nesse processo, a inteligência de Dilma foi objetificada e transformada em uma inteligência de coisa. No site “Fatos desconhecidos”, uma reportagem publicada em 24 de setembro de 2015 é intitulada “15 frases de Dilma Rousseff que não fazem o menor sentido”. Dilma foi decretada confusa, ilógica e até “abestalhada”, pois é assim que as fotos que acompanham as suas frases consideradas ilógicas a retratam.

Em um dos memes misóginos que viralizaram nas redes sociais durante o processo do golpe, cito um que faz uma analogia entre Dilma e um botijão de gás, visto que o vestido utilizado por Dilma é similar à capa que encobre o botijão. Dilma é comparada, igualada a um objeto e, ao mesmo tempo, seu corpo, que, pelo meme, se compara à forma de um botijão, é objeto de crítica. Novamente se interpõe, aqui, a questão do corpo (transformado em objeto) como uma forma de negar a possibilidade de Dilma de existir enquanto um sujeito político.

Em um outro meme publicado no Pinterest aparece a imagem de Barack Obama rindo, acompanhada da seguinte frase: “Notícia do dia: Dilma está grávida. Só não se sabe de quem porque ela fodeu com todo mundo.” Aqui, novamente o corpo e a

sexualidade de Dilma são colocados em relevo. Talvez seja, antes de mais nada, como presidenta filiada ao Partido dos Trabalhadores, que Dilma tenha sido declarada feia, tendo sido comparada a um botijão de gás. Vale lembrar que ataques a mulheres de esquerda, sobretudo se são feministas, a partir de comentários sobre sua aparência, descrevendo-as como feias, malcuidadas, mal-amadas, são recorrentes na nossa história. E como foi discutido anteriormente, na polarização política criada em torno do confronto entre a extrema-direita e o PT, enquanto muitas apoiadoras de Bolsonaro se identificavam como princesas, a partir da imagem referencial de Michelle Bolsonaro, Janja se referia às suas apoiadoras, não como princesas, mas como mulheres de luta.

Cabe ainda ressaltar que, nesse meme, em que Dilma é acusada de “foder com todo mundo”, há uma dupla mensagem: ela “fodeu” com todo mundo porque é incapaz de governar e “fodeu” com todo mundo literalmente, sexualmente falando, porque está grávida. Faz-se aqui uma alusão a uma sexualidade desregrada, sendo esta uma ofensa comum tanto a mulheres negras quanto a mulheres que se situam no campo da esquerda. Esse tipo de particularidade no exercício da prática misógina precisa ser ressaltado.

Quanto à agressão sexual sofrida por Dilma recorro ao fato, relatado em um artigo publicado no site Geledes, em 2 de julho de 2015, onde lê-se:

Neste momento, circulam pelas redes sociais imagens de montagens feitas com o rosto da presidenta Dilma Rousseff, em que ela aparece de pernas abertas. São colados adesivos com essa imagem na entrada no tanque de gasolina dos carros, que, quando abastecidos, passam a ideia de que a bomba de gasolina está penetrando sexualmente a figura falsa da presidenta⁵.

Márcia Tiburi (2016), em artigo intitulado *A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira*, afirma:

Aqui, sou obrigada a dizer que Dilma Rousseff viveu um estupro político. Ora, todo estupro é político porque o crime contra uma mulher sempre é político já que desde Simone de Beauvoir podemos dizer que a sexualidade é política. (..) Como um esturador que considera o corpo de uma mulher um objeto para seu uso perverso, os golpistas olham para o corpo de quem ocupa o cargo, mas só quando esse corpo a presidir um cargo, é mulher.

⁵ Reportagem intitulada *Adesivos misóginos são a nova moda contra Dilma*, publicada no site Geledes no dia 2 de julho de 2015, disponível em: <https://www.geledes.org.br/adesivos-misoginos-sao-a-nova-moda-contradilma/>, consultado: 03/03/2023



Importante acrescentar que tal adesivo misógino foi comercializado. De acordo com reportagem da revista Veja⁶: “O anúncio do produto, colocado no Mercado Livre, foi tirado do ar na tarde de quarta-feira (1º). Na página, cada adesivo, de 60cmX40cm, era vendido por 34,90 reais”. No referido site lê-se, no anúncio: “Adesive seu carro e se divirta protestando!”. No caso, o protesto seria quanto ao aumento do preço da gasolina. Ora, a comercialização da mercadoria (Dilma de pernas abertas) concretiza de maneira perversa a objetificação de que ela foi alvo, mercantilizando-a e caracterizando este estupro político como “coletivo”.

Que mensagem política esse estupro coletivo pretendeu veicular? Lembremos que, ao votar pelo impeachment de Dilma Rousseff, Bolsonaro, então deputado pelo PSC, proferiu a seguinte frase:

Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Folha de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo exército de Caxias, pelas nossas forças armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim.⁷

A evocação do coronel Ustra, um dos torturadores mais perversos da ditadura militar instaurada em 1964 e de quem Dilma Rousseff foi vítima, utilizada como fundamento do voto a favor do impeachment, explicita a virulência do ataque misógino. Uma das milhares de vítimas da ditadura militar, Amelinha Teles, militante feminista, em entrevista ao programa Viva Maria, da Rádio Nacional da Amazônia, de 18 de abril de 2016⁸, contou como era o Coronel Ustra, o homem admirado por Bolsonaro. Amelinha afirma:

Carlos Alberto Ustra faz parte da lista dos 377 torturadores do Relatório da Comissão Nacional de Verdade. É de conhecimento da história oficial do Brasil e que ele, foi um grande articulador da ditadura na parte mais cruel, na repressão política, nas

⁶ Reportagem da revista Veja publicada em 26 de fevereiro de 2017, Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/coluna/cidade/anuncio-de-adesivo-com-montagem-de-dilma-foi-feito-por-uma-mulher/>, consultada em 23/06/2024.

⁷ Disponível em: <https://br.video.search.yahoo.com/search/video?fr=mcafee&ei=UTF-8&p=discurso+bolsonaro+impeachment&type=E210BR91199G0#id=1&vid=383b6544b8ce193770ea43fd77dd310e&action=click>, consultado em: 06/07/2024.

⁸ Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/viva-maria/edicao/2016-04/bolsonaro-dedicou-seu-voto-favor-do-impeachment-ao-torturador-ustra>, acesso em 02/07/2024.

estratégias de extermínio, sequestros, assassinatos, o horror, o terror, o coronel se destacaram.

Bolsonaro, ao elogiar Carlos Ustra, não só valida as suas ações, mas dá a entender que aprova e admira o terror que este causou à Dilma. O depoimento de Amelinha nos permite entender um pouco a intensidade desse terror:

Ele era um torturador (.). Eu fui espancada por ele [Coronel Ustra] ainda no pátio do Doi-Codi. Ele me deu um safanão com as costas da mão, me jogando no chão, e gritando ‘sua terrorista’. E gritou de uma forma a chamar todos os demais agentes, também torturadores, a me agarrarem e me arrastarem para uma sala de tortura.

Ele levou meus filhos para uma sala, onde eu me encontrava na cadeira do dragão [instrumento de tortura utilizado na ditadura militar parecido com uma cadeira em que a pessoa era colocada sentada e tinha os pulsos amarrados e sofria choques em diversas com fios elétricos atados em diversas partes do corpo, nua, vomitada, urinada, e ele leva meus filhos para dentro da sala? O que é isto? Para mim, foi a pior tortura que eu passei. Meus filhos tinham 5 e 4 anos. Eu não podia abraçar meus filhos, meus filhos tinham 4, 5 anos, não tinham capacidade de entender o que estava ocorrendo.

Utilizar os filhos de militantes de esquerda para que estes assistam seus pais sendo torturados e suas mães sendo estupradas é uma das humilhações mais cruéis. Embora essa perversidade tenha sido utilizada no regime militar, nos chamados porões da ditadura, com a ascensão da extrema direita no Brasil, esse tipo de estratégia política misógina, utilizada para aterrorizar sobretudo as mulheres militantes, é proferida publicamente, naturalizando-se a aberração. Isso nos leva a pensar que se trata, nesse caso, de uma misoginia seletiva, (neo)fascista, de alta intensidade, que é direcionada, não a qualquer mulher que faça parte do mundo da política, mas a mulheres que são do campo da esquerda e que alcançam maior visibilidade e poder, contrariando os ideais androcêntricos que insistem em convertê-las em objetos. É como se, para os homens da extrema-direita, fosse necessário, face ao desvio em relação às normas patriarcais, “colocar o terror” nessas mulheres, para que a punição e a humilhação sejam espetaculares e sirvam de exemplo.

Importante ressaltar que Manuela D’ávila (Pcdo B), que foi candidata à vice-presidência nas eleições de 2018, além de ser ameaçada de morte, sofreu ameaças de

estupro dirigidas à sua filha de 5 anos. Em reportagem ao Correio Brasiliense publicada no dia 3 de junho de 2021⁹, Manuela, em tom de desabafo, afirmou:

Ontem à noite em um debate me perguntaram se eu não sinto vontade de desistir. Sim, Eu sinto. Todos os dias. Ao contrário do que muitos pensam, a violência política está cada vez mais intensa", ressaltou.

Em 2022, a ex-deputada federal, divulgou novas ameaças, dirigidas à sua filha, então com 6 anos, e à sua mãe. Na época, estava concorrendo a uma vaga no Senado pelo Rio Grande do Sul e, mesmo aparecendo em segundo lugar na disputa, atrás apenas do então vice-presidente Hamilton Mourão, Manuela desistiu da sua candidatura. Uma reportagem publicada pela CNN em 2 de agosto de 2022¹⁰, apresenta alguns trechos que acompanham a sua denúncia:

ser uma mulher pública no Brasil é ser ameaçada permanentemente. (...) É escolher um lugar para o medo, outro para a coragem, outro lugar pro fingir ignorar. Ser mulher pública é conviver com a ameaça de estupro como correção pela coragem, com a ameaça de morte como silenciador. Ser mulher pública é ouvir de muitos que não aguentariam nem metade que tá tudo bem, que é assim mesmo. Como se fosse o preço a pagar por estar num lugar que não é o nosso, que não é pra nós. Essa é mais uma das ameaças que eu, minha filha e também minha mãe sofremos.

Para finalizar, trazemos uma reportagem publicada pelo Jornal *Estado de São Paulo* no dia 21 de agosto de 2011, em que Dilma aparece em uma imagem com o seu corpo tombado e atravessado por uma espada de esgrima. Isso significa que a sua morte política já estava sendo anunciada bem antes da consolidação do golpe e do seu processo de impeachment. Um pouco antes, no dia 16 de dezembro de 2010, o site *Pragmatismo* publica uma matéria intitulada: *Perfil que traz Dilma como guerrilheira faz sucesso na Grã-Bretanha*¹¹, onde se lê:

Um perfil de Dilma Rousseff publicado antes do primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras foi a notícia mais lida do ano no site do jornal britânico The Independent, um dos maiores da Grã-Bretanha, segundo uma lista publicada nesta quinta-feira pelo próprio jornal. A reportagem, publicada no dia 26 de

⁹ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/06/4928774-manuela-d--avila-relata-ameacas-de-estupro-contrasua-filha-de-5-anos.html>, consultado em: 27/06/2024.

¹⁰ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/manuela-davila-denuncia-novos-ataques-que-incluem-filha-de-seis-anos/>, consultado em: 27/06/2024.

¹¹ Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2010/12/perfil-que-traz-dilma-como-guerrilheira.html>, acesso: 27/06/2024.

setembro, previa a eleição de Dilma já no primeiro turno, uma semana depois, e dizia que ela se transformaria com isso na “mulher mais poderosa do mundo. A mulher mais poderosa do mundo vai começar a despontar no próximo fim de semana”, iniciava o texto, intitulado: “Ex-guerrilheira Dilma Rousseff pronta para ser a mulher mais poderosa do mundo.

Do ponto de vista das relações patriarcais e capitalistas, uma ex-guerrilheira se tornar a mulher mais poderosa do mundo é o “pior dos mundos”. Além de ter sido objetificada de forma extremamente virulenta e de sofrer um estupro político coletivo, a “ex-guerrilheira pronta para ser a mulher mais poderosa do mundo” foi expurgada da cena política enquanto mulher e enquanto militante de esquerda. Tendo participado da guerrilha, no combate à ditadura militar, Dilma, associada à revolução comunista, representa o avesso do ideal de princesa cultuado pela extrema-direita.

Discussão

Os achados deste estudo evidenciam que a objetificação é o mecanismo central em torno do qual as práticas misóginas se estruturam, sendo uma prática dirigida tanto às mulheres do campo da esquerda quanto do campo da direita. Por objetificação entende-se o mecanismo central que estrutura o processo de apropriação das mulheres pelos homens. Ao serem transformadas em objeto, as mulheres são negadas enquanto sujeito político, capaz de participar dos processos de tomada de decisão nas diferentes esferas de governo. Importante acrescentar que a objetificação, embora seja mais visível quando ela tem como alvo o corpo e a sexualidade das mulheres, é um fenômeno bem mais amplo.

Refere-se, por exemplo, à transformação da inteligência das mulheres em uma inteligência de coisa, operacional, prática e não lógica, dedutiva, intelectual e, nesse sentido, inadequada para o mundo da política. Algumas personagens públicas, tanto do campo da direita quanto do campo da esquerda, foram alvos desse tipo de desqualificação, o que indica como essa lógica androcêntrica está enraizada na nossa sociedade. Mulheres que estavam em lados opostos no golpe de 2016, Dilma Rousseff (PT) e Janaína Paschoal, foram alvos desse tipo de desqualificação e insultadas com adjetivos como histéricas, loucas e confusas.

Ademais, quando as mulheres são insultadas e remetidas ao espaço doméstico, para cozinhar, lavar louças e lavar roupa, o que se almeja, de fato, é assinalar que elas devem retornar ao lugar de coisa, que elas voltem a ser utilizadas como instrumentos,

utilizados “com o objetivo de aumentar os bens (e, portanto, igualmente a liberdade e o prestígio) do grupo dominante (Guillaumin, 2014, p. 34). Que elas voltem a ser utilizadas, gratuitamente, enquanto força de trabalho. A narrativa androcêntrica indica que “é para isso que elas servem e não para a política”.

Embora a objetificação seja um denominador comum nos insultos e ataques sofridos pelas mulheres, como estas não são um grupo homogêneo, outros marcadores de opressão se articulam para particularizar o processo de objetificação em diferentes grupos de mulheres. Assim, as mulheres negras, como foi o caso de Benedita da Silva, sofrem um processo mais intenso de desumanização. Ao serem comparadas com animais (vaca, porca), o objetivo é indicar que estão ainda mais distantes da condição de sujeito, corroborando a afirmação de Grada Kilomba (2019) de que as mulheres negras são “o outro do outro”, distanciando-se ainda mais da condição de sujeito, por não serem nem homens e nem brancas.

Da mesma forma, as mulheres trans/travestis, que se situam no campo da esquerda, também passam por um processo de objetificação de alta intensidade, o qual precisa ser analisado em suas particularidades. Os achados indicam que os ataques a elas dirigidos, extremamente agressivos, visam liquidá-las, não apenas enquanto sujeito político. No caso das mulheres que se situam no campo da esquerda e que ascendem ou se aproximam de cargos de maior poder decisório, a misoginia e a objetificação a elas dirigida também adquire a forma de um expurgo, sendo a ameaça de morte e de estupro as principais estratégias de liquidação através da qual esse tipo de misoginia se expressa.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Joana El-Jaick. *O marxismo e a questão feminina: as articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2011.

ARISTÓTELES. *A política*; tradução de Nestor Silveira. Folha de São Paulo: São Paulo, 2010.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida* (vol 2); tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1967.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos* (vol. 1); tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.



BLOCH, Howard. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. São Paulo: Editora 34, 1995.

BOITEUX, Luciana. Misoginia no golpe. In: PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele, TENENBAUM, Marcio; RAMOS FILHO, Wilson. (orgs). *A resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016, p. 261-266.

BOITO JR. Antônio. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro. *Observatorio Latinoamericano y Caribeño*, v. 4, n. 2, 2020a, p. 8-30.

_____. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica marxista*, v. 50, 2020b, p. 111-119.

COMTE, Auguste. *Auguste Comte*; seleção de textos: traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CYRINO, Rafaela. A construção midiática do golpe de 2016. In: Gilberto de Noronha; Idalice Ribeiro Lima; Mara Regina do Nascimento. (Org.). *O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil*. São Paulo: Paco Editorial, 2020, v. 1, p. 97-116.

D'AVILA, Manuela; FRANCO, Anielle; CAROLINA, Áurea; SILVA, Benedita Da; RODRIGUES, Bruna; SANTOS, Daiana; ROUSSEFF, Dilma; SALABERT, Duda. HILTON, Erika; PENNA, Isa; FEGHALI, Jandira; MORAES, Jô; ROSÁRIO, Maria Do SILVA, Marina; MATOS, Marlise. GUAJAJARA, Sonia; AMARAL, Tabata; PETRONE, Talíria. *Sempre foi sobre nós: Relatos da violência política de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DRUCK, Graça.; FILGUEIRAS, Luiz. Para entender a conjuntura: Neoliberalismo, neofascismo e burguesia no Brasil, *CADTM*, 2023.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

GONZALEZ, Lélia Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher negra. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano*, p. 25-44. São Paulo: Zahar, 2020.

GOUGES, Olympe [1791]. *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*. Paris: Bordas Éditeur, 2021.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza, In: FERREIRA, V; ÁVILA, M. B; FALQUET, J; ABREU, M. *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas*. Recife: SOS Corpo, 2014.

GUILLAUMIN, Colette. Le corps construit. In: GUILLAUMIN, Colette (Extrait du recueil) *Sexe, race et pratique du pouvoir*. L'idée de nature, 1992,p. 1-28.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

INTERNETLAB; REVISTA AZMINA; NÚCLEO JORNALISMO. *MonitorA: relatório sobre violência política contra candidatas(os) online*. Edição 2022. São Paulo, 2023

KULAITIS, Letícia Figueira Moutinho. Os Homens Estruturam um Mundo Deles e para Eles: A Violência Política de Gênero como Estratégia Ortodoxa de Reprodução do

26



Campo Político. *Mediações* - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 29, n. 1, 2024, p. 1–20.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*; tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Expressão Popular: São Paulo, 2009.

MATHIEU, Nicole-Claude. Femmes : matière à penser et à reproduire (Présentation). In: Mathieu, Nicole Claude. *L'arraisonnement des femmes: essais en anthropologie des sexes*. Ed. École des Hautes Études en Sciences Sociales: Paris, 1985.

MATOS, Marlise. A Violência Política Sexista, Racista e Interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres. In: D'ÁVILA, Manuela (org.). *Sempre Foi Sobre Nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Porto Alegre: Editora Instituto E Se Fosse Você, 2022, p. 210-227.

MATOS, Marlise. MARQUES, Danusa; CARVALHO, Layla. A violência política de gênero e a violência política contra as mulheres. *NEXO - Políticas Públicas*, 13 de Julho de 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/07/13/a-violencia-politica-de-genero-e-a-violencia-politica-contra-as-mulheres>. Acesso 5 jun. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira, *Cadernos Pagu*, 2021, p. 1-14.

NASCIMENTO, Juliana Marques. Guerrilheiras e biografias: a imagem da mulher militante nos ciclos de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira, *ANPUH Brasil: 30º Simpósio Nacional de História*. Recife, 2019.

NORONHA, Gilberto de; LIMA, Idalice Ribeiro; NASCIMENTO, Mara Regina do. (Org.) *O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil*. São Paulo: Paco Editorial, 2020.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*; tradução de Marta Avancini, Editora Paz e Terra: São Paulo, 1993.

RUBIM, Linda. ARGOLO, Fernanda (Orgs.) *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Edufba, 2018.

TABET, Paola. *La grande arnaque: sexualité des femmes et échange économique-sexuel*. L'Harmattan: Paris, 2004.

TIBURI, Márcia. *Máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira*. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/>, consultado em 03/03/2023, publicado em 20 julho 2016.

TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo: história e política*; tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. Fascismo e O Conto da Aia: a misoginia como política de Estado. *Revista Katálysis*., Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. 2019, p. 597-606.

WITTIG, Monique. *La pensée straight*. Éditions Amsterdam: Paris, 2013.



WOLLSTONECRAFT, Mary. *A Vindication of The Rights of Woman*. Londres: Josep Johnson, 1792.